

Forçando a barra

Avistava-se ainda a popa levantada, prestes a submergir, do Plano Cruzado, após a edição da segunda fase das medidas redentoras dos economistas de plantão do Governo, e o senador Passos Porto, antevendo o desastre inexorável, pregava no cerrado: "O presidente José Sarney só tem uma saída. Descongelar os preços, realinhá-los, corrigir as distorções salariais e, em seguida, recongelar tudo".

Essa estratégia, defendida não só pelo senador como também por bem posicionados conselheiros do Presidente da República, não foi adotada. Bem como muitas outras, que deveriam ter sido tomadas pelo Governo já no dia primeiro de março deste ano, após o Cruzado I, e que por motivos políticos diversos foram relegadas ao pretérito.

A receita aviada por Passos Porto talvez peca por um simplismo exagerado. Mas, ainda assim, seria uma poção de efeitos mais benéficos do que a administrada ao doente agonizante pela equipe do ministro Dilson Funaro, que por incapacidade de agir complementarmente volatizou a vitória eleitoral do Governo e jogou o País no túnel do tempo. De volta ao passado.

Sem crédito para adotar um novo tratamento de choque, heterodoxo ou não, o governo do presidente Sarney já estreou o novo ano em termos econômicos. A ser marcado a fogo pela volta da inflação a plena carga, derivada acima de tudo da política irreal do represamento causado pela estratégia do congelamento, pedra de toque do Plano Cruzado.

Além da inflação, o governo Sarney contorce-se, ainda, em função do inevitável retorno da círanda financeira, dança que para sempre teria sido expurgada da vida econômica brasileira e que agora novamente se abate sobre a cabeça de todos por força do mercado de curto prazo estar bloqueado, por carência de liquidez interbancária, penalizando o pequeno comerciante e o pequeno industrial.

Enfurnado em uma cota de dimensões escravas, aberta pela falta de rumo dos gestores econômicos do País o Governo experimenta um desagradável 1987 pouco palatável e impossível de ser engolido. Em razão do crescente estrangulamento cambial, que promete, na dobra de seu vento arrevesado, assemelhar-se em tudo ao desastre que caracterizou o ano de 1982.

Pessimista, convivendo com a expectativa de uma inflação de três dígitos, capaz de superar a casa dos 100 por cento, unicamente por não ter tido disposição para exterminar, por exemplo, com os descontrolados gastos da União, o primeiro governo da Nova República vive sob o aspecto político-partidário, além do mais, a certeza de que grassa uma rebelião no seu partido maior, o PMDB.

Sedição que vem sendo alimentada, em doses crescentes, pela negativa repercussão dos desacertos do Governo junto à população-eleitora. Pesadelo que desarvora esse gigante chamado PMDB a ponto de alguns de seus membros mais ilustres, donos de milhões de votos colhidos em novembro apenas no Estado de São Paulo, articularem a adoção, uma vez promulgada a nova Constituição, de eleições para a escolha direta do sucessor de Sarney ainda em novembro. No mais tardar, em dezembro do ano novo.

SÉRGIO CHÁCON